

APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

Autora:

Maria Joana Matos Gomes

Título:

O Rei na Escrita. As Múltiplas Faces de Afonso VI (séculos XI e XII)

Como citar esta apresentação:

Maria Joana Matos Gomes, “O Rei na Escrita. As Múltiplas Faces de Afonso VI (séculos XI e XII)”, in *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 2, 2017, pp. 163-170.

DOI: 10.21747/21839301/gua2rec1

O REI NA ESCRITA. AS MÚLTIPLAS FACES DE AFONSO VI (SÉCULOS XI E XII)

Dissertação de Doutoramento em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos – especialização em Literatura e Cultura – apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Janeiro de 2017. Realizada sob a orientação da Prof. Doutora Maria do Rosário Ferreira e do Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda

Maria Joana Matos Gomes

A ideia de nos dedicarmos ao estudo da figura de Afonso VI em relatos cronísticos do século XII – tema central desta dissertação de doutoramento – surgiu durante a nossa investigação de Mestrado, sobre a chamada *Lenda da Condessa Traidora* que se encontra preservada em textos historiográficos redigidos nos séculos XIII e XIV, mais concretamente a *Estoria de España* de Afonso X e a *Crónica de 1344* de Pedro de Barcelos.

À medida que fomos conhecendo melhor estas e outras obras historiográficas medievais, chamou-nos a atenção a importância e o peso de um reinado em particular – o de Afonso VI. Não só porque o relato deste reinado ocupava um espaço bastante considerável quando comparado com outros, mas também porque a preponderância que assumia nas obras mencionadas parecia advir não tanto do protagonismo do próprio Afonso VI como da figura de um cavaleiro a ele associado – Rodrigo Díaz de Bivar, o Cid. Paralelamente, a familiarização com os processos de composição da historiografia afonsina fez-nos tomar consciência da dificuldade experimentada pelos redactores que integravam o *scriptorium* de Afonso X em harmonizar fontes que, muitas das vezes, propunham versões diferentes, quando não mesmo antagónicas, de um determinado episódio ou evento.

A partir destas premissas – relevância do reinado de Afonso VI na historiografia do século XIII e XIV, a sua ligação a uma das figuras mais conhecidas da literatura medieval ibérica e a existência de relatos divergentes sobre os mesmos eventos –, surgiram várias questões que podiam constituir-se como base para uma tese de doutoramento:

Que visão de Afonso VI e do seu reinado propunham os textos, anteriores ainda ao século XIII, que trataram em primeira mão esta personagem histórica e as problemáticas por ela suscitadas? Qual a tipologia desses textos, e em que contexto surgiram? Haveria, nesse período de génese, textos nos quais a figura do Cid não detinha o protagonismo patente nas obras mais tardias? Os textos deste período ofereciam

relatos contrastantes sobre Afonso VI, ou pelo contrário, tinham sobre ele perspectivas pouco diferenciadas?

Para além das perguntas directamente suscitadas pelos textos historiográficos, um outro aspecto foi decisivo na opção de tomar Afonso VI como tema central desta dissertação: a consciência de que se trata de uma figura basilar para a compreensão da construção das identidades portuguesa e espanhola.

Como figura incontornável da história e do imaginário ibérico, Afonso VI tem exercido um considerável fascínio entre os académicos, fascínio esse que está atestado pelos inúmeros estudos, artigos e livros dedicados a este rei e/ou ao seu tempo. Trata-se de investigação realizada sobretudo no âmbito da História, sendo por isso abundantes os estudos biográficos ou centrados em eventos ocorridos durante o reinado de Afonso VI (como é o caso da introdução do rito romano na Península Ibérica, das relações com outras entidades políticas peninsulares e extra-peninsulares, ou dos progressos na conquista e fixação territorial). Mais raros são os estudos dedicados à compreensão dos mecanismos de construção discursiva das crónicas medievais que se debruçaram sobre o mesmo período. E, quando os investigadores trataram a figura de Afonso VI na perspectiva dos estudos literários, a investigação incidiu quase exclusivamente em textos da tradição cadiana, tendendo a reflectir sobre questões herdadas dos estudos filológicos dos finais do século XIX, em que se perscrutava a relação entre o texto historiográfico e o texto épico, entre a oralidade e a escrita.

A proposta de trabalho que traveja esta tese de doutoramento propõe-se considerar as primeiras fontes escritas que falam de Afonso VI numa perspectiva literária. Assim, procurou-se proceder a uma análise dos textos que podem ser considerados como os elementos iniciais da construção da *estória* deste rei que veio a ser canonizada pela tradição historiográfica medieval.

A dissertação partiu de dois princípios: antes de mais, que o texto historiográfico é discurso, que se rege por mecanismos de construção idênticos aos de outros tipos discursivos e que a codificação da realidade histórica produzida pela historiografia é moldada por inúmeros factores internos e externos; além disso, que cada relato historiográfico representa uma determinada visão dos factos e das respectivas circunstâncias, originando esta diversidade de pontos de vista diversas versões, umas vezes concordantes, outras contrastantes, dos acontecimentos registados, neste caso da *estória* de Afonso VI. Nesse sentido, a análise dos processos de construção narrativa em torno de Afonso VI revelou-se importante para um debate fundamental no campo dos estudos literários: o da relação entre a realidade, a sua representação discursiva e a construção da memória.

A combinação destes dois princípios de análise permitiu abrir novas vias interpretativas e enriquecer o conhecimento sobre os textos cronísticos estudados. Em termos gerais, esta dissertação ajudou a mostrar que os relatos historiográficos redigidos no período posterior à morte de Afonso VI constituem um conjunto de narrativas que atribuem a Afonso VI múltiplas formas de poder simbólico e legitimatório

e que a ascensão ao trono desta personagem não pode ser dissociada das alterações sócio-políticas e culturais que ocorreram na Península Ibérica durante o século XII. Ao mesmo tempo, e inevitavelmente, este trabalho tornou visível o intrincado xadrez de processos e propósitos legitimatórios, de estratégias retóricas e estilísticas, de mentalidades e intencionalidades por trás da elaboração dos testemunhos escritos que constituem a mórula primordial a partir da qual a memória historiográfica de Afonso VI se formou e se desenvolveu. Esta dissertação constitui-se, portanto, como a biografia de um Afonso VI textual e não factual ou histórico.

A investigação debruçou-se sobre um *corpus* redigido entre meados do século XI e finais do século XII, e que compreende oito textos cronísticos e um conjunto de 196 textos diplomáticos. A escolha de um conjunto de testemunhos suficientemente variado e heterogéneo, quer em termos de tipologia, quer em termos de origem geográfica, revelou-se essencial para o estudo que nos propúnhamos realizar. Dada a floresta de textos que é a historiografia medieval sobre Afonso VI, esta dissertação é apenas um primeiro passo na elucidação da rede discursiva tecida em torno desta personagem. As hipóteses levantadas e as conclusões alcançadas devem vir a ser testadas em textos pertencentes a outras esferas geográficas e políticas da Península Ibérica, como é o caso de Navarra, Aragão ou Catalunha, e sobretudo do al-Andalus, já que o expressivo conjunto de narrativas historiográficas árabes que referem Afonso VI abre um campo de investigação praticamente intacto. Da mesma forma, e tendo em conta as relações estreitas deste monarca com meios franceses, também seria profícuo analisar a imagem do conquistador de Toledo em obras historiográficas de além-Pirenéus e compará-la com as representações peninsulares oferecidas pelos textos tratados neste estudo.

É importante destacar que a inclusão de textos diplomáticos no *corpus* primário selecionado se revelou frutífera. A análise do diploma jurídico em paralelo com a narrativa cronística permitiu mostrar convergências e contrastes entre os dois tipos de discurso, enriquecendo assim o modo como ambos são percebidos. Tendo em conta que, em muitos casos, os redactores de uns e de outros coincidem, o estudo comparado destes textos pode ser um bom método para entender os processos e hábitos de escrita medievais na sua globalidade. Além disso, a proficuidade desta abordagem é um argumento a favor de que, no futuro, a análise comparatista entre a historiografia e outros géneros discursivos se torne uma prática mais frequente. O estudo das relações entre as crónicas medievais e a lírica trovadoresca, ou entre o texto filosófico e o texto historiográfico, deve merecer mais interesse por parte dos investigadores.

O recurso a uma metodologia multidisciplinar (que implicou a utilização de ferramentas conceptuais provenientes de áreas científicas para além dos estudos literários, como a antropologia, o direito, a diplomática, a história) permitiu dar conta da polissemia dos textos e compreender melhor aspectos que não teria sido possível perceber se este trabalho recorresse exclusivamente às ferramentas tradicionais dos estudos literários ou filológicos. Estando consciente de que a adopção de conceitos de

diferentes áreas pressupõe algumas limitações na sua utilização, procurámos equilibrar potenciais desacertos com uma leitura cuidada de cada texto (*close-reading*), tendo sempre em conta a sua gramática semântica individual, partindo depois para uma comparação de todas as obras do *corpus*, de forma a realçar quer as semelhanças quer as diferenças.

No que toca à organização das matérias, o estudo está dividido em duas partes. Na primeira, pretendeu-se essencialmente dar a conhecer o *corpus* sobre o qual a análise iria incidir. Descreveu-se o modo como Afonso VI é representado em cada texto, chamando a atenção para os elementos com maior prevalência e destacando desde logo alguns pontos de contacto e de oposição entre as diferentes versões consideradas que viriam, no decorrer do trabalho, a ser objecto de maior atenção. Também se procedeu aqui à apresentação de dados relativos aos vários textos (datação, autoria, conservação, panorama editorial, etc.), agrupando-os de acordo com a tipologia (documento, crónica particular e história dinástica) e seriando-os cronologicamente dentro de cada tipologia.

Na segunda parte do trabalho, procedeu-se ao estudo minucioso das múltiplas *estórias* sobre Afonso VI. Aí, a disposição das obras obedeceu a uma lógica diferente da adoptada na primeira parte. Os vários elementos do *corpus* foram agrupados já não apenas de acordo com a sua tipologia, mas também tendo em conta o meio onde foram produzidos e o objectivo legitimatório que os enformou, pondo desde logo em evidência a importância de tais factores na construção destas narrativas. Além da memória do monarca que ficou registada na documentação coeva, consideraram-se três grandes categorias de memória escrita sobre Afonso VI no período estudado: uma memória eclesiástica, uma memória familiar e, por fim, uma memória dinástica, as quais se caracterizam em seguida em traços largos.

A memória diplomática constitui o único testemunho escrito sobre Afonso VI que é contemporâneo do monarca e que, dentro das condicionantes apontadas, se poderá entender como veiculando uma projecção textual do próprio rei. Verificámos que, apesar dos constrangimentos formais que regem o texto diplomático, a imagem de Afonso VI não é fixa, adaptando-se ao contexto específico em que ocorre e ao destinatário a que se dirige. Dois elementos se destacam na construção da *persona* diplomática do rei: a conquista de Toledo, e a titulação imperial.

A memória eclesiástica mostra Afonso VI como o monarca perfeito, cujo reinado tem uma dimensão idealizante e em que o rei surge como o representante máximo da ordem. O período em que governa é sistematicamente apresentado como um tempo onde as leis e pactos são respeitados. Figura de qualidades modelares, Afonso VI é posto em paralelo com os líderes das instituições eclesiásticas produtoras dos textos em questão e em contraste com figuras que colocam em causa a ordem instituída e os privilégios dessas instituições.

No que respeita à memória familiar, também o reinado de Afonso VI é visto como um tempo idílico, sendo apresentado como um prelúdio para os reinados dos seus netos e sucessores, Afonso Henriques e Afonso VII. A sequência entre o reinado de Afonso VI

e os dos seus descendentes masculinos passa pela afirmação quer das relações de parentesco que os ligam, quer da continuidade das leis vigentes, mas decorre, acima de tudo, da exaltação das figuras de Henrique e Raimundo, pais dos dois primos, e da valorização das virtudes guerreiras correlativas da conquista da terra.

Finalmente, a memória dinástica centra-se na revisitação dos problemas políticos do início e do final do reinado de Afonso VI, abrindo espaço a uma reflexão mais ou menos explícita sobre as modalidades possíveis de transmissão de poder e de património. As crónicas oscilam entre a necessidade de condenar as guerras entre parentes, por um lado, e de justificar a decisão de Fernando I de dividir os reinos pelos seus filhos, por outro. Apesar do comportamento dúbio de Afonso VI no processo sucessório que é relatado por alguns textos, estes não chegam nunca a pôr em causa as suas acções, munindo-se cada obra de estratégias próprias para mostrar como lícita a conduta do monarca.

O facto de a vida e o reinado de Afonso VI se terem desenrolado em circunstâncias marcadas pelo protagonismo de várias mulheres torna os relatos analisados particularmente reveladores das concepções coevas sobre o poder feminino, o que propiciou que este trabalho tivesse considerado com particular atenção o tratamento dado nos textos cronísticos estudados a essa questão. Afonso VI morreu sem deixar um herdeiro varão directo, tendo-lhe sucedido duas filhas, Urraca em Leão, Castela e Galiza, e Teresa no território portugalense. A nosso ver, a memória positiva que a escrita conservou de Afonso VI decorre, em grande parte, do carácter inusitado desta sucessão. Confrontados com a confluência, sentida como anómala ou problemática, entre o género feminino e o exercício de efectivo do poder, os textos outorgam a Afonso VI e ao seu reinado um estatuto legitimador de cariz quase utópico no jogo das batalhas políticas, ideológicas e institucionais em que os seus redactores se vêem envolvidos. Esta dissertação mostra que todos os textos que abordam a questão da sucessão de Afonso VI fazem uso de estratégias discursivas que visam atenuar a autoridade das suas filhas e sucessoras, por forma a patrocinar o direito ao trono dos reinos por elas governados parte dos dois netos de Afonso VI – Afonso VII e Afonso Henriques – um direito potencialmente ameaçado por outros pretendentes com relações de parentesco com as duas mulheres.

Os textos estudados revelam igualmente uma grande dificuldade em enquadrar o tipo de poder representado por outras duas figuras femininas marcantes na biografia de Afonso VI: as suas irmãs Elvira e Urraca. Sobretudo no que toca a esta última, verificámos uma grande variabilidade na forma como é apresentada a sua intervenção na ascensão de Afonso VI, após o exílio em Toledo, ao trono dos reinos de novo reunidos num só monarca. Neste particular, propusemos a hipótese de tal variação estar ligada a visões díspares sobre a autoridade que seria lícito recair sobre as mulheres da família real. Num contributo para a elucidação do funcionamento e evolução do Infantado, observámos também divergências entre diferentes relatos no tratamento e entendimento desta tão particular instituição de transmissão de património e de direitos políticos próprios das

mulheres da linhagem régia. Tal oscilação poderá reflectir a incompreensão, por parte dos redactores, dos ancestrais preceitos de funcionamento do Infantado, ou corresponder a uma estratégia motivada pela necessidade de justificar a apropriação de património pertencente e esta instituição por parte dos promotores da obra onde o relato se insere.

Este trabalho deixa assim abertas perspectivas de análise sobre a relação entre o poder político e as mulheres na sociedade medieval ibérica que poderão contribuir para a elucidação do entendimento coevo do papel de figuras femininas, homólogas das estudadas no âmbito desta dissertação, no reino de Portugal. Seria seguramente produtivo o estudo da forma como os textos diplomáticos e cronísticos recriaram o percurso de vida de diferentes gerações de infantas portuguesas, merecendo especial atenção as filhas de Sancho I, Teresa e Sancha.

Relativamente a questões atinentes aos processos de escrita, esta dissertação põe em evidência o facto de a escrita historiográfica estar condicionada não só por factores sócio-políticos, mas também pela cultura literária dos redactores, pelo seu acesso a determinadas fontes e pela existência e uso de modelos literários. É de salientar a abundância de terminologia jurídica ou diplomática nas crónicas estudadas, o que justifica a atenção cuidadosa concedida à função que ela aí desempenha. Concluiu-se que a preocupação dos redactores com problemáticas de carácter jurídico atestada pelo recurso a este tipo de léxico está intimamente relacionada com o potencial legitimatório conferido aos textos pela sua recorrente e disseminada comparência. Esta dissertação chama assim a atenção para a funcionalidade da utilização de termos jurídicos em narrativas historiográficas e abre caminho para o seu estudo noutros relatos cronísticos. O mesmo pode dizer-se sobre a terminologia da área da Geografia, que tem peso considerável em algumas das narrativas tratadas.

Esta dissertação poderá ainda contribuir para o conhecimento do passado em âmbitos que transcendem o campo da literatura medieval. As hipóteses propostas e as conclusões alcançadas relativamente ao modo como se construía o discurso historiográfico no século XII, a consciência de que a presença ou ausência de determinados elementos ideológicos, narrativos ou lexicais não tem a ver exclusivamente com o conhecimento ou desconhecimento dos redactores, podendo também decorrer de motivações legitimatórias, são factores que têm necessariamente impacto no estudo da historiografia moderna e contemporânea. A construção da memória – remota ou não – é um processo dialéctico, que obriga a viajar permanentemente entre passado, presente e futuro.

Gostaria de terminar esta apresentação com uma citação de Marc Bloch, alguém que merece a nossa admiração não só como investigador, mas também como ser humano. Em cartas trocadas com um amigo sobre a sua obra *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, Bloch refere-se assim ao seu trabalho:

«um livrinho que, temo, estará cheio de conjecturas temerárias e também incorrectas, mas que, na pior das hipóteses, poderá servir de guia e provocar comprovações ou objecções, todas elas úteis. É para sermos criticados que escrevemos, ainda mais quando se trata de uma obra deste tipo».